

INVESTIGAÇÃO UNIVERSITÁRIA - ALGUNS PONTOS FOCALIS

por
JOÃO DE DEUS R.S. PINHEIRO
J.J.B. ROMERO

FUNÇÕES DA INVESTIGAÇÃO UNIVERSITÁRIA

COMUNICAÇÃO Nº 55

Muito embora se possa considerar generalizadamente aceite o axioma de que cabe à Universidade a dupla missão de Ensino e Investigação, tem-se aparentemente verificado diferenças importantes de opinião quanto à natureza, organização e modo de funcionamento da componente Investigação.

Deixando de lado os poucos casos em que a divergência é suscitada por posições maximalistas ou por carência de informação, torna-se notório que a maioria das análises que têm incidido sobre o caso português coincidem significativamente quanto ao diagnóstico e tendem a diferir na terapêutica pela razão simples de aí se exigir uma hierarquização de prioridades.

Ora, sendo um dado adquirido que qualquer observador se tende naturalmente a constituir em referencial, não surpreende que nas análises ou propostas sejam reflectidos os interesses e condicionalismos do Sistema em que o observador está inserido.

Adoptando por conveniência de raciocínio uma linguagem sistemática, poder-se-ia dizer que, na prática, e por necessidade de optar, as análises tendem a incidir sobre partes do todo, omitindo e minimizando, mas raramente antagonizando, as partes restantes. Assim é que esquemáticamente se podem antever tipologias de análises distintas envolvendo quer a inesgotável problemática interna do Sistema de Investigação Universitária, quer as relações entre este Sistema e outros Sistemas com maior ou menor grau de interdependência e de que são exemplos

- O Sistema de Ensino Universitário Tradicional justificativo da manutenção de uma Investigação Científica dita "Educativa" (1) cobrindo uma vasta gama disciplinar e não necessariamente imbuído de excelência ou, ao invés
- O Sistema de Ensino Pós-graduado exigindo a concentração de meios em domínios específicos de excelência e, eventualmente, a especialização institucional (2)
- O Sistema Educativo, em geral, quer entendendo a Investigação como actividade de apoio (ponto implícito nos parágrafos anteriores), quer como actividade de fronteira, capaz de promover a formação das futuras gerações de cientistas e tecnólogos susceptíveis de promover o desenvolvimento do saber nacional
- O Sistema Cultural no sentido lato, pelo aumento do potencial de conhecimento e realização do país e concomitante contributo para o património nacional via uma investigação adequadamente orientada
- O Sistema Socio-Económico, englobando naturalmente os Sistemas Produtivo e Administrativo e em relação ao qual tende a ser mais facilmente mensurável o contributo da Investigação Universitária. A esta, com efeito se pede que
 - . Desenvolva o trabalho de fundo sobre o qual se possa soerguer uma eventual inovação futura
 - . Realize investigação em domínios de "interesse público", nomeadamente de natureza inter ou transdisciplinar
 - . Promova investigação aplicada e desenvolvimento experimental em áreas específicas de interesse para o sector produtivo ou para a administração pública

- . Propicie consultadoria especializada em qualquer domínio científico de relevância conjuntural

Serve o exposto para concluir que face à diversidade de relações, interesses e objectivos em jogo, e tornando-se virtualmente impossível obter consensos, se deve procurar olhar estas reflexões ora expressas como mais um contributo - mas, necessariamente parcelar e condicionado pela óptica universitária de quem o subscreve.

DOMINÂNCIA DA COMPONENTE ENSINO

O aumento significativo da procura do Ensino Superior que caracterizou as décadas de 60 e 70 teve entre outras consequências o crescimento acentuado do orçamento do Sector Educativo e, por outro lado, "et pour cause" fez do Ensino Superior um tópicó de indiscutível interesse político.

Não surpreende assim que haja sido dada prioridade política à satisfação da procura do Ensino e que as Universidades fossem olhadas predominantemente como Instituições de Ensino. E, de tal forma esta ideia se implantou que se veio a assistir em Portugal a duas situações igualmente preocupantes e que simbolizam a dominância da componente ensino:

- A contratação de pessoal académico pelas Universidades passou a depender exclusivamente das necessidades de ensino de cada disciplina de "per se".
- A investigação Universitária passou a estar organizada em Centros dependentes de um órgão exterior às Universidades - o INIC - que sobre eles detinha (e detém) um poder tute-

lar claramente em oposição com o conceito de autonomia universitária.

Relativamente à primeira situação é manifesto que pretendendo ser fonte de moralização na contratação de pessoal é, simultaneamente, fonte de distorção do equilíbrio de formações científicas que deve existir na Universidade e obstáculo virtualmente intransponível para qualquer tentativa de planeamento pelas Universidades de domínios estratégicos de desenvolvimento.

Quanto à segunda situação referida e para além da ofensa à autonomia Universitária, também ela torna ineficaz qualquer esforço que uma Universidade faça em definir prospectivamente as suas prioridades no domínio da Investigação Científica. Com efeito, basta que o INIC não homologue um Centro para que este se veja privado de meios para realizar os seus Projectos, por melhores e mais relevantes que estes sejam. E tanto mais dificuldades terá em recorrer a fontes de financiamento alternativas quanto mais se aproximar da zona da Investigação dita Fundamental.

A Investigação Universitária tem assim, vindo a ser no contexto universitário, considerada um "parente pobre" do Ensino, não obstante a legislação continuar a fazer depender a promoção académica da produção científica, especialmente de investigação.

Importa, pois, repensar esta efectiva subalternidade da componente "Investigação" caso se pretenda evitar a transformação das Universidades em "Liceus Superiores".

FINANCIAMENTO

Infelizmente, é já um lugar comum largamente referenciado a

crónica falta de meios postos à disposição da Investigação Universitária⁽³⁻⁵⁾. Porém, tratando-se de uma condição necessária (embora não suficiente) e tendo em conta a tendência crescente para uma investigação sofisticada de tipo "capital intensivo", pode tornar-se um factor determinante do enfraquecimento (irreversível a médio prazo) dos grupos de investigação mais motivados.

É evidente que esta escassez de meios pode ser quantificada de forma diversa⁽³⁻⁵⁾. Aqui, apenas se regista que a percentagem das verbas globais (excluindo Construção) entradas no Sistema Universitário destinadas a Pessoal (Salários e despesas conexas) se situa na Europa na ordem dos 65% sendo os restantes 35% usados em reequipamento científico-pedagógico e especialmente em Investigação⁽⁶⁾.

Conquanto se não conheçam valores actualizados para o caso português, algumas simulações ensaiadas mostram um afastamento substancial daquelas percentagens, o que se torna tanto mais preocupante quanto se sabe que as comparações expressas em valores absolutos ainda são mais desfavoráveis.

Parece, assim, que se torna necessário aumentar o esforço nacional relativamente à Investigação Universitária, dotando-a não só de meios globais acrescidos mas, igualmente, de estruturas de financiamento adequadas. Tal implica, no plano institucional, uma clara definição dos objectivos e prioridades nacionais e sectoriais no campo da investigação científica, a par da consagração e implementação efectiva de critérios de financiamento à investigação objectivamente fundamentados na qualidade e eficiência da mesma.

Não obstante o esforço de pioneirismo que neste campo tem sido realizado através dos Contratos de Investigação em Áreas Prioritárias promovido pela JNICT (Junta Nacional de Investigação Cien

tífica e Tecnológica) e orientado preferencialmente para as zonas da Investigação Aplicada e Desenvolvimento Experimental dentro ou fora das Universidades, verifica-se que as estruturas de cúpula da Investigação Universitária continuam a não implementar as recomendações importantes formuladas pela Comissão Interministerial para a Definição de uma Política de Investigação Científica ⁽⁸⁾ que inequivocamente apontam para a adopção dos princípios de

- . Duplo Financiamento
- . Modalidade Contratual

Reitera-se, ainda uma verdadeira autonomia universitária que pressupõe a passagem gradual da tutela dos Centros para as Universidades. Tal implicará naturalmente a criação em cada Instituição Universitária de Conselhos de Investigação que definam a estratégia institucional neste domínio à luz das orientações de fundo estudadas nos órgãos de governo apropriados e no Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC).

Caberiam assim a este organismo missões "nobres" e essenciais, tais como

- . Definição de estratégias para o Financiamento Institucional (mas não a sua gestão)
- . Estabelecimento de critérios de financiamento
- . Avaliação de Projectos
- . Apoio a actividades de pós-graduação e de formação
- . Fomento de actividade editorial especializada
- . Apoio a sociedades científicas

em desfavor de actividades burocráticas, que há que simplificar, numa linha orientadora semelhante à dos "Research Councils" anglo-saxónicos e que vem sendo crescentemente adoptada pela maioria

dos países mais desenvolvidos⁽⁶⁾.

PRIORIDADES (AUSÊNCIA DE ...)

A inexistência de um Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo têm permitido justificar em muitos casos e a vários níveis institucionais o não-estabelecimento de prioridades e dos respectivos programas de acção.

No caso concreto da Investigação Universitária, para além da asserção anterior, a ausência de prioridades tem favorecido a prática do Financiamento Institucional em detrimento do Financiamento por Projectos.

Para além dos múltiplos inconvenientes genéricos que têm sido referidos⁽⁴⁻⁸⁾, no caso português a via do Financiamento Institucional (via Centros dependentes administrativamente do INIC) torna-se ainda mais questionável se se atender a que os Centros existentes não resultavam de qualquer planeamento global e, que o sistema tenderá a perpetuar a existência desses Centros independentemente do interesse estratégico da Investigação que praticam e em desfavor do financiamento de Projectos eventualmente credores de um apoio prioritário.

Havendo, contudo, que manter uma infraestrutura científica de base, parece que se não deverá no actual quadro nacional prescindir completamente do Financiamento Institucional. Só que este deverá assentar numa análise exigente dos resultados obtidos e enquadrar-se numa política de Investigação Universitária devidamente planeada que concorra para o desenvolvimento da Universidade e do país.

Parece pois que se impõe a adopção de esquemas que permitam discernir Prioridades aos vários níveis do Sistema de Investigação Científica e Tecnológica e, conseqüentemente, estabelecer critérios de Eficácia Externa e Interna para Avaliação e Financiamento de Projectos.

INVESTIGAÇÃO ESTRATÉGICA

Uma das mais notórias tendências observadas na década de 70 e respeitante à Investigação Universitária foi a exigência de "relevância" (9), querendo com isto dizer-se que essa mesma investigação - possuidora de um potencial disciplinar amplo - deveria ser chamada a participar na resolução de problemas concretos da Sociedade.

Diversas razões explicam esta tendência, podendo mencionar-se

- . O crescente peso político da Investigação Universitária
- . O aparecimento de problemas interdisciplinares novos de difícil solução como Inflação, Energia, Desemprego, Poluição ou Urbanismo.

Noutros países ocidentais, esta tendência foi principalmente estabelecida a nível dos órgãos de planeamento e decisão e implementada através de critérios de financiamento apropriados (6). Em Portugal a tendência terá sido menos nítida na medida em que não ultrapassou, em regra, o discurso teórico e se quedou por opções qualitativas pontuais.

Admitindo, porém, que a mesma exigência de "relevância" se

venha a acentuar em Portugal, importa sublinhar os riscos que a mesma comporta e que em síntese são, entre outros

- . O enfraquecimento da Investigação Fundamental, verdadeira fonte da criatividade e progresso científico
- . O prevalectimento da investigação aplicada de curto prazo susceptível de produzir resultados "fáceis" e de rápida implementação
- . O restringir a critérios de Eficácia Externa o papel muito mais vasto da Investigação Universitária (tal como referido na secção 1 deste trabalho)

Parece, assim, que haverá que receber com alguma cautela a exigência da "relevância" e substituí-la preferencialmente pela noção de Investigação Estratégica em que se definam aprioristicamente os macro-domínios a desenvolver e os objectivos a atingir em cada um e se assegurem os meios adequados para o desenvolvimento da Investigação Fundamental baseada em critérios fundamentados na Eficácia Interna dos Projectos.

A definição de "macro-domínios" e "objectivos" não é simples já que passa pela formação prévia de matrizes de influência mútua entre os sistemas científico-tecnológico e produtivo-administrativo e pela extrapolação de Áreas Prioritárias de Desenvolvimento.

A partir daqui e pressupondo uma criteriosa distribuição de meios, poder-se-ão estabelecer Programas de Investigação em domínios estratégicos sem consequências negativas para a natureza profunda da Investigação Universitária.

Refira-se, por último, que na discussão e implementação de Planos, Programas, Critérios, se torna essencial ouvir a Comuni

dade Científica e, em particular, a Universitária de forma a mo
tivá-la e interessá-la na problemática sistêmica da decisão, e ga
rantindo, por outro lado, que os anseios e interesses daquela Co
munidade são devidamente tidos em conta na fase de decisão.

REFERÊNCIAS

- 1 - Van Bueren, H.G. (Pres. Res. Council, Holanda) - "Why Scientific Research at the University". Comunicação Privada, Junho, 1980.
- 2 - Blume, S.S. "Structure of Studies and Place of Research in Mass Higher Education". OCDE, Paris, 1974.
- 3 - Calado, J.J.G. e Agudo, J.R.D. - "University Research", 3^d Meeting on "Reform and Development of Tertiary Education in Southern Europe". Conselho da Europa, Braga, Outubro, 1978.
- 4 - Pinheiro, J. de D.R.S. "Limitações ao Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia" - Relato - Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia, Lisboa, Maio, 1979.
- 5 - Relatório de Portugal à Conferência sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, UNCSTD, Viena, 1979.
- 6 - "The function of Scientific Research in the Universities", OCDE, Committee for Scientific and Technological Policy, Interim Report SPT (80) 12, Paris, April, 1980.
- 7 - "Science, Technologie et Politique du Gouvernement", UNESCO, Conference Minespol II, Belgrade, September 1973.
- 8 - Relatório Preliminar da Comissão Interministerial para a Definição da Política Científica, Lisboa, 1978.
- 8 - "A Framework for Government Research and Development" - Green paper - HMSO, London, 1973.